

## CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

## DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

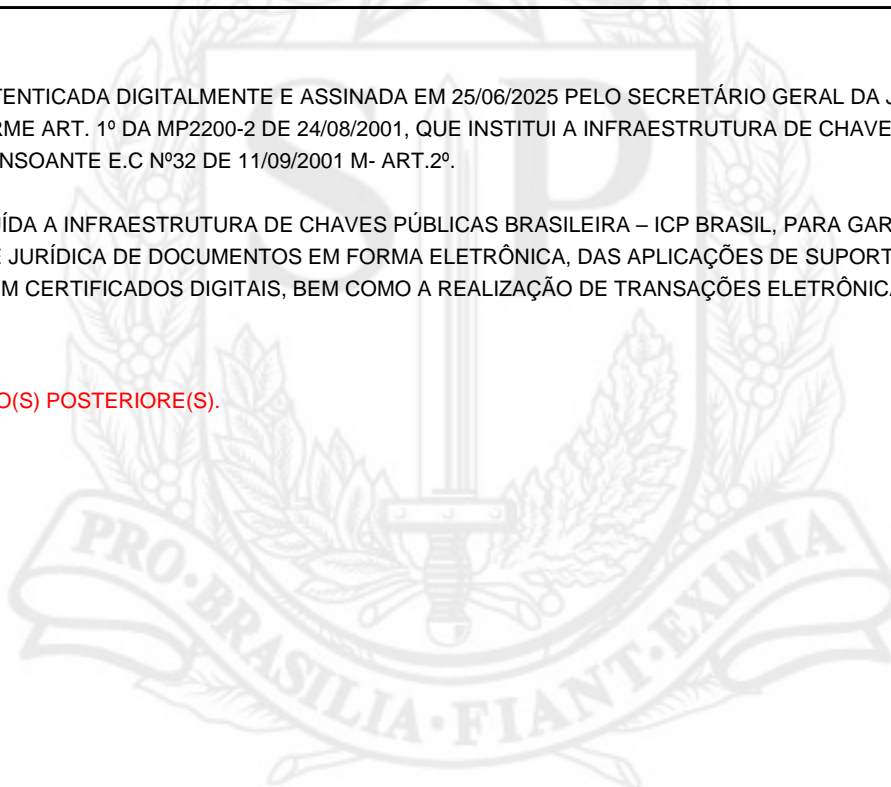
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300667140	CNPJ 33.792.914/0001-91	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35300667140	DATA DO ARQUIVAMENTO 18/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 25/06/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 16:56:45	CÓDIGO DE CONTROLE 270781449
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 25/06/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



REDESIM

TU7  
AAG

## CAPA DO REQUERIMENTO



MR

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO  
2.312.538/25-8



CONTROLE INTERNET  
034898087-6



Folha 2/33

JUCESP  
GUICHÊ

★ 13 JU

PROT

## DADOS CADASTRAIS

ATO Constituição por Transformação de Tipo Jurídico;			
NOME EMPRESARIAL GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Libero Badaro	NÚMERO 425	COMPLEMENTO AD 18 CJ 186	CEP 01009-000
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 33.792.914/0001-91	NIRE - SEDE	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC
NOME: UIRÁ CARMO DE MENEZES (Diretor Presidente)		DARE: R\$ 562,70	1 / 1
ASSINATURA: <i>[Assinatura]</i>		DARF: R\$ ,00	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

## PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 13 ★ 13 JUN 2025 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 7ª TURMA DE VOGAIS	CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 13 JUN 2025 Ivan Lorena Vitor Junior RG 25.177.000-X Vogal 1. Vogal Relator 2. Vogal Revisor 3. Vogal
---	--	---

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
<input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	
OBSERVAÇÕES:		

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP ALDO E SOARES JUNIOR SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO 211.300/25-1	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP NIRE S/A ALDO E SOARES JUNIOR SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO 3530066714-0
--	--

JUCESP 04 13 JUN 2025 SEDE
-------------------------------------

## Gerência de Guarda e Distribuição

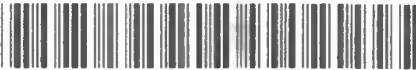
- ( ) Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- (x) Verificação de Ficha Cadastral
- ( ) Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- ( ) MEI sem Cadastro
- (x) MEI com Cadastro
- (x) Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- ( ) Vide Protocolo

A 5x7 dot grid showing the numbers 423011 and 520081. The first row contains the digits 4, 2, 3, 0, 1, 1. The second row contains the digits 5, 2, 0, 0, 8, 1.

725



JUCESP



**4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA DA  
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**

CNPJ nº 33.792.914/0001-91

NIRE nº 35235542091

**DANIELE AZEVEDO DE SOUZA CAPOBIANGO**, nascida aos 21/11/1978, brasileira, empresária, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade RG nº 64.276.752-X SSP/SP, e do CPF/MF nº 039.648.516-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na rua Otávio de Moraes 156, apt. 81 C, bairro Vila São Francisco, CEP 05351-080 ("Daniele");

**EMERSON CASALI ALMEIDA**, nascido aos 18/11/1971, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, Engenheiro, portador RG nº. 05.772.762-71 SSP/BA e do CPF/MF nº. 514.696.855-15, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, SQSW 300 Bloco F, apto 602, no Bairro do Setor Sudoeste, CEP 70673-032 ("Emerson");

**MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO**, nascido aos 22/11/1949, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade RG nº 4517.624 SSP/SP, e do CPF/MF nº 303.080.978-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Alda Garrido, 496 apt. 301, Barra da Tijuca, CEP 22621-000 ("Magnus");

**RENATO FRANCO CORREA DA COSTA**, nascido aos 25/04/1972, brasileiro, empresário, casado sob o regime da separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº M4.909.393 SSP/MG, e do CPF/MF nº 912.441.456-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Treze de Maio, nº 1.504, apto 4, no bairro da Bela Vista, CEP 01327-002 ("Renato");

**UIRÁ CARMO DE MENEZES**, nascido aos 06/01/1976, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 05.335.672-11 SSP/BA, e do CPF/MF nº 883.508.605-10, residente e domiciliado na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, na Rua Manoel Barreto, 639, Edif. José Lessa Ribeiro, apt. 1302, Graça, CEP: 40150-360 ("Uirá");

**ALENCAR NAUL ROSSI**, nascido aos 10/11/1941, brasileiro, empresário, casado sob o regime com separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 2.892.536 SSP/SP, e do CPF/MF nº 068.556.108-97, residente e domiciliado na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Alameda Áustria, nº 180, Alphaville 01, CEP 06474-270 ("Alencar"); e

**VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI**, nascido aos 09/06/1992, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.99.87.04-04 SSP/BA, e do CPF/MF nº 046.108.035-42, residente e domiciliado na cidade de Salvador no Estado da Bahia, na Rua Luis Eduardo Magalhães, n 46, Cond. Morada das Rosas, no Bairro de Itapuã, CEP 41630-700 ("Victor");

SEDE

.13

2025

COLO

BT - #3369978v1

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.





únicos sócios da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 425, conjunto 186, 18º Andar, Centro, CEP. 01100-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, com contrato social registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35235542091 em sessão de 31/05/2019 ("**Sociedade**"),

RESOLVEM, na melhor forma de direito, promover a presente 4ª alteração contratual e transformação societária da Sociedade, nos seguintes termos e condições:

## I. CESSÃO DE QUOTAS

1.1. Os sócios aprovam a cessão e transferência das quotas, a título oneroso, da seguinte forma:

- (i) Uirá e Renato cedem e transferem a Emerson, em função do direito de recompra, as seguintes quotas:
  - a. Uirá cede e transfere 3.800 (três mil e oitocentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais); e
  - b. Renato cede e transfere 3.800 (três mil e oitocentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
- (ii) Daniele, Magnus, Renato, Emerson e Alencar cedem e transferem a Uirá, as seguintes quotas:
  - c. Daniele cede e transfere 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
  - d. Magnus cede e transfere 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
  - e. Renato cede e transfere 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
  - f. Emerson cede e transfere 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais); e
  - g. Alencar cede e transfere 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

BT - #3369978v1

2

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



- (iii) Daniele, Magnus, Renato, Emerson e Alencar cedem e transferem a Victor, as seguintes quotas:
- Daniele cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
  - Magnus cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
  - Renato cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
  - Emerson cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais); e
  - Alencar cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais).
- (iv) Daniele, Magnus, Renato, Emerson e Alencar cedem e transferem a Uirá, as seguintes quotas:
- Daniele cede e transfere 200 (duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais);
  - Magnus cede e transfere 200 (duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais);
  - Renato cede e transfere 200 (duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais);
  - Emerson cede e transfere 200 (duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais); e
  - Alencar cede e transfere 200 (duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais).
- (v) Daniele, Magnus, Renato, Emerson e Alencar cedem e transferem a Victor, as seguintes quotas:

BT - #3369978v1

3

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



- a. Daniele cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- b. Magnus cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- c. Renato cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- d. Emerson cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais); e
- e. Alencar cede e transfere 300 (trezentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais).

1.2. Os sócios que não participaram das cessões acima renunciaram expressamente a qualquer direito de preferência a que fariam jus.

1.3. Em decorrência das cessões ora aprovadas, a Cláusula Segunda – Capital Social do Contrato Social da Sociedade passará a vigor com a redação dada no item “II” abaixo.

## II. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE

2.1. Estando totalmente integralizado, os sócios decidem aumentar o capital social da Sociedade, atualmente no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, um aumento, portanto, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), mediante a emissão de 900.000 (novecentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

2.2. As 900.000 (novecentas mil) quotas foram totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma:

- (i) Uirá subscreveu 144.000 (cento e quarenta e quatro mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade;
- (ii) Daniele subscreveu 144.900 (cento e quarenta e quatro mil e novecentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais), e as



integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade;

- (iii) Magnus subscreveu 144.900 (cento e quarenta e quatro mil e novecentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade;
- (iv) Renato subscreveu 144.900 (cento e quarenta e quatro mil e novecentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade;
- (v) Emerson subscreveu 144.900 (cento e quarenta e quatro mil e novecentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade;
- (vi) Alencar subscreveu 144.900 (cento e quarenta e quatro mil e novecentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade; e
- (vii) Victor subscreveu 31.500 (trinta e um mil e quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 31.500,00 (trinta e uma mil e quinhentos reais), e as integralizou mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Sociedade.

2.4. Como resultado da deliberação acima, a Cláusula Segunda – Capital Social do contrato social passará a vigor com a seguinte redação:

#### **Cláusula Segunda – Capital Social**

*O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios conforme abaixo:*

<b>Sócio</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Part. (%)</b>
Uirá Carmo de Menezes	160.000	160.000,00	16,00
Daniele Azevedo de Souza Capobianco	161.000	161.000,00	16,10
Magnus Ribas Apostólico	161.000	161.000,00	16,10
Renato Franco Correa da Costa	161.000	161.000,00	16,10
Emerson Casali Almeida	161.000	161.000,00	16,10
Alencar Naul Rossi	161.000	161.000,00	16,10
Victor Coelho Muniz Pastori	35.000	35.000,00	3,50
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

BT - #3369978v1

5

D45lgn 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



JUCESP

### III. TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

JUCESP

3.1. Os sócios decidem transformar o tipo societário da Sociedade para uma sociedade por ações de capital fechado, aprovando a alteração da denominação social para "**GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**" ("Companhia"), a qual se regerá pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), com sub-rogação de todos os direitos e obrigações aplicáveis.

3.2. Em razão da transformação indicada acima, os sócios tornam-se acionistas da Companhia, e o capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da Sociedade passa a constituir o capital social da Companhia, sendo que as atuais 1.000.000 (um milhão) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, são convertidas, neste ato, em 1.000.000 de ações ordinárias ("ON"), nominativas e sem valor nominal, sendo atribuído a cada ação 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

3.3. Os sócios, ainda, consignam que a Companhia poderá emitir Ações Preferenciais Classe A ("PNA") e Ações Preferenciais Classe B ("PNB"), que conferirão aos seus titulares os seguintes direitos:

(i) PNA:

- a. Direitos Políticos: cada PNA atribuirá a seu titular 1 (um) voto;
- b. Dividendos: recebimento nos mesmos termos e condições das ON;
- c. Prioridade em Evento de Liquidez: direito de prioridade no reembolso de capital (non-participating) em casos de Evento de Liquidez, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado nesta data e arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas");
- d. Preferência de Liquidação: nos termos do Acordo de Acionistas, preferência em relação aos demais Acionistas ao recebimento dos valores por ele integralizados em razão da subscrição das PNA;
- e. Conversibilidade: conversíveis em ON a qualquer tempo, mediante opção do detentor da PNA, à taxa de conversão de "1:1", ou seja, 1 (uma) PNA equivalerá a 1 (uma) ON.

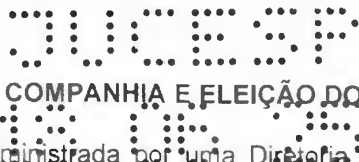
(ii) PNB:

- a. Direitos Políticos: cada PNB atribuirá a seu titular 1 (um) voto;
- b. Dividendos: recebimento prioritário dos dividendos em relação às demais classes de ações, limitado ao montante global de R\$ 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil reais); e
- c. Conversibilidade: conversão obrigatória em ON, nos termos do Acordo de Acionistas.

BT - #3369978v1

6

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



#### IV. ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E ELEIÇÃO DOS DIRETORES

4.1. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e/ou 1 (um) Diretor sem designação específica, com mandato de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

4.2. Ato contínuo, os acionistas elegem:

- (i) **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, nascido aos 06/01/1976, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 05.335.672-11 SSP/BA, e do CPF/MF nº 883.508.605-10, residente e domiciliado na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, na Rua Manoel Barreto, 639, Edif. José Lessa Ribeiro, apt. 1302, Graça, CEP: 40150-360, para o cargo de Diretor Presidente; e
- (ii) **VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI**, nascido aos 09/06/1992, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.99.87.04-04 SSP/BA, e do CPF/MF nº 046.108.035-42, residente e domiciliado na cidade de Salvador no Estado da Bahia, na Rua Luis Eduardo Magalhães, n 46, Cond. Morada das Rosas, no Bairro de Itapuã, CEP 41630-700, para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato temporário por 90 (noventa dias), permitida a reeleição;

4.3. O cargo de Diretor Financeiro permanecerá vago até a sua eleição, a ser realizada oportunamente.

4.4. Os Diretores ora eleitos tomam posse dos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento (**Anexo II**) e declaram, nos termos da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

4.4. A remuneração anual global da Diretoria da Companhia será definida na próxima Assembleia Geral da Companhia.

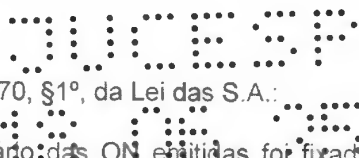
#### V. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

5.1. Estando totalmente integralizado, os acionistas aprovam o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.403.873,36 (três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), mediante a emissão de 712.761 (setecentas e doze mil, setecentas e sessenta e uma) novas ações, sendo (i) 386.740 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta) ON; (ii) 325.425 (trezentas e vinte e cinco mil e quatrocentas e vinte e cinco) PNA; e (iii) 596 (quinhentas e noventa e seis) PNB, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas na forma do Boletim de Subscrição (**Anexo III**).

BT - #3369978v1

7

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



5.2. Nos termos do art. 170, §1º, da Lei das S.A.:

- (i) o preço unitário das ON emitidas foi fixado em R\$ 0,01 (um centavo), totalizando o valor de R\$ 3.867,40 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos);
- (i) o preço unitário das PNA emitidas foi fixado em aproximadamente R\$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais); e
- (ii) o preço unitário das PNB emitidas foi fixado em R\$ 0,01 (um centavo), totalizando o valor de R\$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos).

5.2. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passa a ser de R\$ 4.403.873,36 (quatro milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), dividido em 1.712.761 (um milhão, setecentos e doze mil, setecentos e sessenta e uma) ações, sendo: (i) 1.386.740 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta) ON; (ii) 325.425 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco) PNA; e (iii) 596 (quinhentas e noventa e seis) PNB.

## VI. CESSÃO DE AÇÕES

6.1. Daniele, Magnus, Renato, Emerson e Alencar cedem, a título gratuito, à Companhia 85.635 (oitenta e cinco mil seiscentas e trinta e cinco) ON, tendo cada um cedido 17.127 (dezessete mil cento e vinte sete) ON. As ON cedidas à Companhia serão mantidas em tesouraria.

6.2. Ato seguinte, Daniele e Emerson cedem a Uirá 47.958 (quarenta e sete mil novecentas e cinquenta e oito) ON, tendo cada um cedido 23.979 (vinte e três mil novecentas e setenta e nove) ON, nos termos do INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES COM OPÇÃO DE RECOMPRA E OUTRAS AVENÇAS, firmado entre Uirá, Daniele e Emerson na presente data.

6.3. Os acionistas da Companhia que não participaram das cessões acima renunciaram expressamente a qualquer direito de preferência a que fariam jus.

6.4. As cessões acima serão formalizadas nos livros societários da Companhia.


## VII. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA FILIAL DA COMPANHIA

7.1. Os acionistas aprovam a alteração do endereço da filial da Companhia, que passará a ser localizada na Rua Soldado Luiz Gonzaga das Virgens, 111, Ed. Liz Corporate, sala 1102 – Caminho das Árvores, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.820-560.

8.1. Em razão das deliberações acima, os acionistas aprovam, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigor com a redação anexa (**Anexo IV**).

E por estarem assim de acordo, justos e contratados, lavram o presente instrumento de forma eletrônica.

Acionistas:

 **magnus ribas apostólico**  
emerson.casali@cbpi.com.br  
**MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO**  
D4 Sign

EMERSON CASALI ALMEIDA

VICTOR DOELHO MUNIZ PASTORI

RENATO FRANCO CURKEA DA  
COSTA

**ALENCAR NAUL ROSSI**

ALEVE LEGALTECH VENTURES S/A

GOVTECH BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAPITAL

 Assinado  
junqueira@blaw.com.br

Visto da advogada:

  
 D4Sign

Isabel Caribé Junqueira Netto  
OAB/SP 435.306  
CPF nº 054.676.881-46

 Assinado  
christiane.bechara@ptt.com.br junqueira@ptt.com.br

  
 D4Sign

**SEMENTE**

 Assinado  
junqueira@ptt.com.br

  
 D4Sign

 Assinado  
cristiano.moreira.barbosa@ptt.com.br

  
 D4Sign

 Assinado  
cristiano.moreira.barbosa@ptt.com.br

  
 D4Sign

Visto da advogada:

Isabel Caribé Junqueira Netto  
OAB/SP 435.306  
CPF nº 054.676.881-46




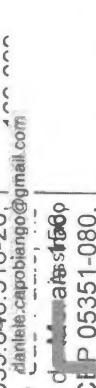



4230UC  
25 20 21



ANEXO I A  
4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA DA  
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.  
(nova denominação social da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.)

LISTA DE PRESENÇA

Acionista	ON	PNA	PNB	Part. (%)
<b>UIRÁ CARMO DE MENEZES</b> , nascido aos 06/01/1976, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 05.335.672-11 SSP/BA, e do CPF/MF nº 883.508.605-10, residente e domiciliado na cidade de Salvador, nº 150, Edifício Azevedo, Rua Manoel Barreto, 639, Edifício Azevedo, Ribeirão, apt. 1302, Graça, CEP: 40150-160.  Assinatura: 	...	0	540	18,80%
<b>DANIELE AZEVEDO DE SOUZA CAPOBIANCO</b> , nascida aos 21/11/1978, brasileira, empresária, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade RG nº 64.276.752-X SSP/SP, e do CPF/MF nº 039.648.516-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, apt. 150, Estado de São Paulo, na rua Otávio de Moraes, apt. 81 C, bairro Vila São Francisco, CEP 05351-080.  Assinatura: 	...	0	39	9,70%
<b>MAGNUS RIBAS APOSTOLICO</b> , nascido aos 22/11/1949, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade RG nº 4517.624-6 SSP/SP.  Assinatura: 	...	0	0	11,10%

BT - #3366978v1

D4Sign

11

D4Sign

<p><b>Assinatura:</b></p> <p><b>VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI</b>, nascido aos 09/06/1992, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.99.87.04-04 SSP/BA, e do CPF/MF nº 046.108.035-42, residente e domiciliado na cidade de Salvador no Estado da Bahia, Rua Ivo de Almeida, nº 111, bairro Itapicuru, CEP 41630-700.</p> <p><i>Victor Pastori</i></p>		0	17	3,50%
<p><b>Assinatura:</b></p> <p><b>ALEVE LEGALTECH VENTURES S.A.</b>, inscrita no CNPJ sob o nº 41.386.748/0001-51, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de MG, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de MG, na Avenida do Contorno, nº 3800, sala 1002, bairro Santa Efigênia, CEP 30.110-022, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por <b>PRISCILA BARBOSA DE OLIVEIRA SPADINGER</b>, brasileira, advogada inscrita na OAB/MG sob o nº 103.190, divorciada, nascida em Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF sob o nº 051.510.336-54, Carteira de Identidade nº MG-11.000.045, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de MG, na Deputado Salim Nacur, nº 173, bloco 3, apto 101, condomínio Prime Lagoa, CEP 31.555-900, Santa Amélia, Belo Horizonte/MG.</p> <p><i>Priscila Barbosa de Oliveira Spadinger</i></p>		0	17.128	1,00%

D4Sign

BT - #336978v1

12

JUCESP



GOVTECH BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAPITAL SEMENTE, constituído de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada ("ICVM 578"), bem como pelas demais disposições legais e regulamentares, inscrito no CNPJ sob nº 39.857.660/0001-29 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por suas gestoras, KPTL INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.233.865/0001-14, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 1º andar, Conjunto 103, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-002 ("KPTL") e CEDRO ASSET MANAGEMENT LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 18.190.296/0001-16, com sede em Brasília - DF, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Bloco F, Salas 701 e 702 - Ed. Vision, CEP 70.701-060 ("Cedro").					0	325.425	0	19,00%
Assinatura:					1.386.740	325.425	596	95,00%
Total								

\* Nos termos desta ata, encaminhamos anexo representativas de 5% (cinco por cento) do total do patrimônio líquido da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A., para assinatura dos signatários, para manifestação de aprovação.

Assinado

Christianne Bechara

D4Sign

Assinado

Guilherme Pinheiro

D4Sign

Assinado

Enzo Moreira Barbosa de Mello

D4Sign

BT - #336978v1

JUCESP

ANEXO 1 À

**4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA DA  
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**

**(nova denominação social da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.)**

**TERMO DE POSSE**

Em 09.06.2025, compareceu à sede da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, conjunto 186, Centro, CEP 01009-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, em fase de transformação perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Companhia"), **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, nascido aos 06/01/1976, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 05.335.672-11 SSP/BA, e do CPF/MF nº 883.508.605-10, residente e domiciliado na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, na Rua Manoel Barreto, 639, Edif. José Lessa Ribeiro, apt. 1302, Graça, CEP: 40150-360, para tomar posse no cargo de Diretor Presidente da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, para o qual foi eleito no ato de transformação da Companhia, realizado nesta data, para o que foi lavrado o presente termo que a seguir assina.

O Diretor declara expressamente, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento por lei especial, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não está condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, de fé pública ou a propriedade.

Para fins do parágrafo 2º do artigo 149 da Lei da Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76, conforme alterada), o endereço indicado acima será onde o Diretor receberá eventuais citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão.

uirá@grtsdigital.com.br  
São Paulo, 09 de junho de 2025.

**UIRÁ CARMO DE MENEZES**  
Diretor Presidente

BT - #3369978v1

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

# JUCESP

## TERMO DE POSSE

Em 09.06.2025, compareceu à sede da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, conjunto 186, Centro, CEP 01009-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, em fase de transformação perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Companhia"), **VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI**, nascido aos 09/06/1992, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.99.87.04-04 SSP/BA, e do CPF/MF nº 046.108.035- 42, residente e domiciliado na cidade de Salvador no Estado da Bahia, na Rua Luis Eduardo Magalhães, n 46, Cond. Morada das Rosas, no Bairro de Itapuã, CEP 41630-700, para tomar posse no cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para um mandato temporário de 90 (noventa) dias, para o qual foi eleito no ato de transformação da Companhia, realizado nesta data, para o que foi lavrado o presente termo que a seguir assina.

O Diretor declara expressamente, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento por lei especial, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não está condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, de fé pública ou a propriedade.

Para fins do parágrafo 2º do artigo 149 da Lei da Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76, conforme alterada), o endereço indicado acima será onde o Diretor receberá eventuais citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão.

victor@grtsdigital.com.br

São Paulo, 09 de junho de 2025.



**VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI**  
Diretor sem designação específica

BT - #3369978v1

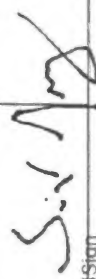
D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



ANEXO III À  
4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA DA  
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.  
(nova denominação social da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.)

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

**Denominação Social:** GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.  
**Ações emitidas:** 712.761 (setecentos e doze mil setecentos e sessenta e uma) ações, sendo 386.740 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta) ON; 325.425 (trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco) PNA e 586 (quinheiros e oitenta e seis) PNB.  
**Ações subscritas:** 712.761 (setecentos e doze mil setecentos e sessenta e uma) ações, sendo 386.740 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta) ON; 325.425 (trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco) PNA e 586 (quinheiros e oitenta e seis) PNB.  
**Ações integralizadas:** 387.336 (trezentos e oitenta e sete mil trezentos e trinta e seis) ações, sendo 386.740 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta) ON e 596 (quinheiros e noventa e seis) PNB.  
**Preço unitário de emissão:** R\$ 0,01 (um centavo) para cada ON; aproximadamente R\$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos) para cada PNA; e R\$ 0,01 (um centavo) para cada PNB.  
**Preço total de emissão:** R\$ 3.403.831,36 (três milhões quatrocentos e três mil oitocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos).  
**Capital social após a emissão:** R\$ 4.403.831,36 (quatro milhões quatrocentos e três mil oitocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos).

Subscritor	Ações Subscritas	Ações Integralizadas	Ações A Integralizar
<b>UIRÁ CARMO DE MENEZES</b> , nascido aos 06/01/1976, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 05.335.672-11 SSP/BA, e do CPF/MF nº 883.508.605-10, residente e domiciliado na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, <a href="mailto:uiura@grtdigital.com.br">uiura@grtdigital.com.br</a> 639, Edif. José Lessa Ribeiro, apt. 1302, <a href="mailto:uiura@grtdigital.com.br">uiura@grtdigital.com.br</a> , CEP: 40150-360. <b>Assinatura:</b> 	113.502 ON e 0 PNB	113.502 ON e 540 PNB, em moeda corrente nacional	0

BT - #3369978v1

Imagem digitalizada por sistema automático de leitura óptica. Não é válida para fins legais.



17

Emerson Casali Almeida

D4Sign

JUCESP

<p><b>Assinatura:</b>  <b>ALENCAR NAUL ROSSI</b>, nascido aos 10/11/1941, brasileiro, empresário, casado sob o regime com separação total de bens, portador da identidade RG nº 2.892.536 SSP/SP, e do CPF/MF nº 068.556.108-97, residente e domiciliado na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Alameda Augusta, nº 180, Alphaville 01, CEP 06474-270.</p> <p><i>Assinado por ALENCAR NAUL ROSSI</i></p> <p>D4Sign</p>	<p>46.244 ON</p> <p>Naul Rossi</p> <p>46.244 ON, em moeda corrente nacional</p> <p>0</p>	<p>J e 17</p> <p>PNB</p> <p>24.929 ON e 17 PNB, em moeda corrente nacional</p> <p>0</p>	<p>17.128 ON</p> <p>17.128 ON, mediante a conversão da totalidade dos créditos detidos contra a Companhia</p> <p>0</p>
--	--	---	--

GOVTECH BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAPITAL SEMENTE

325.425 PNA, a serem integralizadas nos termos do Acordo de Investimento celebrado nesta data.

0

325.425 PNA

Assinatura:

GOVTECH BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAPITAL SEMENTE, constituído de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada ("ICVM 578"), bem como pelas demais disposições legais e regulamentares, inscrito no CNPJ sob nº 39.857.660/0001-29 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por suas gestoras, KPTL INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.233.865/0001-14, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 1º andar, Conjunto 103, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-002 ("KPTL") e CEDRO ASSET MANAGEMENT LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 18.190.296/0001-16, com sede em Brasília - DF, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Bloco F, Salas 701 e 702 - Ed. Vision, CEP 70.701-060 [christiane.bechara@kptl.com.br](mailto:christiane.bechara@kptl.com.br)

Assinatura:

Christiane Bechara

D4Sign

Assinado

[kptl.com.br](mailto:kptl.com.br)

Assinado

[kptl.com.br](mailto:kptl.com.br)

Assinado

[@cedrocapital.com](mailto:@cedrocapital.com)

Assinado

[@cedrocapital.com](mailto:@cedrocapital.com)

Erivan Moreira Barbosa de Brito

D4Sign

Assinado

Assinado

D4Sign

BT - #3369978v1



JUCESP

ANEXO IV A

**4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA DA  
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**

(nova denominação social da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.)

**GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**Artigo 1.** A GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei 6.404/76").

**Artigo 2.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 18º andar, conjunto 186, Centro, CEP 01009-000, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação dos acionistas.

**Parágrafo Único.** A Companhia possui uma filial localizada na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia, na Rua Soldado Luiz Gonzaga das Virgens, 111, Ed. Liz Corporate, sala 1102 – Caminho das Árvores, CEP 41.820-560.

**Artigo 3.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

**Artigo 4.** A Companhia tem por objeto social (i) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (ii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (iii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) consultoria empresarial com o desenvolvimento de estudos e projetos; (vi) execução de trabalhos em mídias digitais e geração de informações.

**CAPÍTULO II  
Capital Social**

**Artigo 5.** O capital social da Companhia é de R\$ 4.403.831,36 (quatro milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 1.712.761 (um milhão setecentos e doze mil, setecentas e sessenta e uma) ações nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 1.386.740 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta) ações ordinárias ("ON"); (ii) 325.425 (trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco) ações preferenciais Classe A ("PNA"); e (iii) 596 (quinhentos e noventa e seis) ações preferenciais Classe B ("PNB").

BT - #3369978v1

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.





**Parágrafo Primeiro** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e terão as seguintes características:

- (i) ON: direitos previstos em lei, sendo atribuído a cada ON 1 (um) voto;
- (ii) PNA:
  - a. Direitos Políticos: cada PNA atribuirá a seu titular 1 (um) voto;
  - b. Dividendos: recebimento nos mesmos termos e condições das ON;
  - c. Prioridade em Evento de Liquidez: direito de prioridade no reembolso de capital (non-participating) em casos de Evento de Liquidez, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado nesta data e arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas");
  - d. Preferência de Liquidação: nos termos do Acordo de Acionistas, preferência em relação aos demais Acionistas ao recebimento dos valores por ele integralizados em razão da subscrição das PNA;
  - e. Conversibilidade: conversíveis em ON a qualquer tempo, mediante opção do detentor da PNA, à taxa de conversão de "1:1", ou seja, 1 (uma) PNA equivalerá a 1 (uma) ON.
- (iii) PNB:
  - a. Direitos Políticos: cada PNB atribuirá a seu titular 1 (um) voto;
  - b. Dividendos: recebimento prioritário dos dividendos em relação às demais classes de ações, limitado ao montante global de R\$ 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil reais); e
  - c. Conversibilidade: conversão obrigatória em ON, nos termos do Acordo de Acionistas.

**Parágrafo Segundo** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 6.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único** - As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua recolocação em circulação.

**Artigo 7.** As ações são indivisíveis perante a Companhia e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto conforme o disposto no Acordo de Acionistas.

BT - #3369978v1

21

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



**Artigo 8.** As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas", e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados deste os respectivos custos.

### **CAPÍTULO III** **Assembleia Geral de Acionistas**

**Artigo 9.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias.

**Parágrafo Primeiro** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário, nos termos da Lei 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer outro membro do Conselho de Administração ou acionista escolhido por maioria dos votos presentes. O Presidente da Assembleia Geral, por sua vez, deverá indicar, dentre os presentes, um secretário.

**Artigo 10.** As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei 6.404/76 e do Acordo de Acionistas.

**Artigo 11.** As deliberações das Assembleias Gerais, exceto se quórum maior for exigido pela legislação aplicável, pelo presente Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas, serão tomadas por acionistas representando a maioria absoluta do capital social votante.

**Parágrafo Primeiro** - As seguintes matérias dependerão de pelo menos 2/3 (dois terços) do capital social votante da Companhia:

- (i) qualquer reorganização ou alteração na estrutura societária, incluindo aumento, redução do capital social ou qualquer operação societária que envolva emissão de títulos ou valores mobiliários, dentre os quais, mas não se limitando, ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros instrumentos de dívida conversível;
- (ii) realização de operação societária de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, criação de subsidiárias, aquisição de participação societária e/ou qualquer operação que altere o quadro societário ou operacional da Companhia, salvo quando a alteração ocorrer entre os próprios Acionistas da Companhia, ou de reorganização interna entre os Acionistas que não implique o ingresso de terceiros no capital social;



- (iii) obtenção de registro de companhia aberta e de listagem perante bolsa de valores ou mercado de balcão organizado;
- (iv) alienação, transferência ou licenciamento de qualquer Propriedade Intelectual detida pela Companhia;
- (v) alteração no Estatuto Social ou das sociedades nas quais a Companhia tenha participação, em discordância ao previsto neste Acordo de Acionistas e que não seja decorrente de mudança de sede ou adequações a regulamentos, normas, legislações e outras obrigações a que esteja sujeita;
- (vi) pedidos de falência, pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação da Companhia, bem como a suspensão de pagamento de credores ou qualquer outro problema similar, incluindo sem limitação qualquer demanda ou ação que possa dar resultado à falência da Companhia ou suas Afiliadas;
- (vii) outorga pela Companhia de fianças, avais ou quaisquer outras garantias em qualquer valor em favor de quaisquer terceiros;
- (viii) aprovação de alterações no direcionamento estratégico dos negócios da Companhia;
- (ix) aprovação de novos Planos de Incentivo aos colaboradores e suas condições, caso montante envolvido supere 5% de participação societária e que possam resultar em diluição da participação do Fundo;
- (x) celebração pela Companhia de qualquer contrato e/ou acordo que contenha cláusula de exclusividade ou não concorrência, que não esteja aprovado no plano de negócio anual;
- (xi) autorização para associações, joint ventures e/ou parcerias estratégicas pela Companhia ou por qualquer de suas Afiliadas envolvam condições de exclusividade ou que possam acarretar conflito de interesses ou associação a entidades ou pessoas politicamente expostas ou que possam representar riscos aos negócios da Companhia;
- (xii) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo operacional e/ou permanente da Companhia, bem como participações societárias detidas pela Companhia, que não estejam previamente aprovados no orçamento da Companhia;
- (xiii) criação do Conselho de Administração da Companhia e a eleição dos seus membros, observadas as regras e disposições aplicáveis do Acordo de Acionistas;
- (xiv) qualquer modificação de práticas contábeis, exceto aquelas determinadas por imposição legal; e

BT - #3369978v1

23

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP

- (xv) a aprovação das matérias acima nas subsidiárias da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As seguintes matérias dependerão da maioria dos votos dos Acionistas presentes em uma Assembleia Geral:

- (i) qualquer outra operação de crédito, incluindo, mas não se limitando a emissão de notas promissórias, desconto de recebíveis da Companhia, dentre outras formas de financiamento em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do faturamento anual da Companhia, o que for maior; ou em qualquer valor quando tais operações forem para fins estranhos ao objeto da Companhia ou ao curso normal dos negócios;
- (ii) aprovação do Orçamento Anual da Sociedade;
- (iii) realização de qualquer negócio, contrato ou operação entre a Companhia e qualquer de suas Partes Relacionadas;
- (iv) distribuição de lucros, dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio da Companhia, desde que fora da política de distribuição de resultados já aprovada e constante no orçamento para o determinado exercício;
- (v) recompra, resgate ou amortização de Ações, bem como a posterior alienação de Ações da Companhia e/ou de qualquer de suas Afiliadas ou controladas porventura em tesouraria;
- (vi) aprovação das remunerações e quaisquer benefícios dos diretores da Companhia e principais executivos;
- (vii) contratação de executivos ou empregados com remuneração bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), bem como alteração de tais remunerações que representem uma variação igual ou superior a 20%;
- (viii) contratação ou dispensa de auditores independentes ou da Companhia de contabilidade;
- (ix) a aprovação das matérias acima nas subsidiárias da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** – As palavras iniciadas em letra maiúscula terão o significado a elas atribuído no Acordo de Acionistas, exceto se expressamente mencionado de forma diversa neste Estatuto Social.

#### CAPÍTULO IV Diretoria da Companhia

**Artigo 12.** A Diretoria será composta por até 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e/ou 1 (um) Diretor sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

BT - #3369978v1

24

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.





**Parágrafo Primeiro** - Os Diretores da Companhia tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos Livros de Registro das Atas da Diretoria, estando sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos na Lei 6.404/76, e permanecerão no exercício de seu cargo até a eleição e posse de seu sucessor.

**Parágrafo Segundo** - Os Diretores da Companhia ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

**Parágrafo Terceiro** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral.

**Artigo 13.** A Companhia poderá ser representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores.

**Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá outorgar procurações, desde que assinadas conjuntamente por 2 (dois) Diretores, identifiquem os poderes a serem outorgados, os atos que poderão ser praticados e o seu prazo de validade, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, sendo vedado o substabelecimento de poderes, salvo em caso de mandato judicial, o qual poderá ter prazo superior e poderá autorizar o substabelecimento de poderes.

**Artigo 14.** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes com relação à Companhia, os atos dos Diretores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, bem como que contrariem o disposto neste Estatuto Social e/ou no Acordo de Acionistas.

## CAPÍTULO V Conselho Fiscal

**Artigo 15.** O Conselho Fiscal da Companhia será composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionista ou não, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos em lei.

**Artigo 16.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos.

**Artigo 17.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege.

## CAPÍTULO VI Exercício Social e Lucros

**Artigo 18.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará celebrar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demais demonstrações financeiras exigidas, em conformidade com o artigo 176 da Lei 6.404/76.

BT - #3369978v1

25

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

# JUCESP

**Parágrafo Primeiro** – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 193 a 203 da Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

**Parágrafo Segundo** – Os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado ao final de cada exercício social, observado o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

**Parágrafo Terceiro** – O lucro líquido apurado em balanço, depois de deduzidos: (i) os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; e (ii) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no Acordo de Acionistas; será distribuído aos acionistas a título de dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do Parágrafo Segundo, tendo o saldo remanescente a destinação determinada pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas.

**Parágrafo Quarto** – A distribuição de dividendos aos acionistas será sempre em conformidade com a participação acionária detida por cada um deles no capital social da Companhia.

## CAPÍTULO VII Dissolução e Liquidação

**Artigo 19.** A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

## CAPÍTULO VIII Práticas de Governança

**Artigo 20.** Nos termos do Acordo de Acionistas, a Companhia obriga-se a: (a) disponibilizar aos acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) no caso de abertura de capital, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução CVM nº 578/2016, conforme alterada; e (c) realizar auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

## CAPÍTULO IX Disposições Gerais

**Artigo 21.** A Companhia observará o Acordo de Acionistas, registrado na forma do artigo 118 da Lei 6.404/76, cabendo à Diretoria recusar o registro de transferências de ações

BT - #3369978v1

26

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias ao eventual Acordo de Acionistas, e ao Presidente da Assembleia Geral ou da Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, recusar-se a computar os votos lançados contra o mesmo Acordo. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

**Artigo 22.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente, e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caiba livremente decidir, além de eventual Acordo de Acionistas vigente. Em havendo qualquer conflito entre o Acordo de Acionistas e este Estatuto Social, prevalecerá o disposto no Acordo de Acionistas.

**Artigo 23.** As Partes deverão envidar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias que surgirem do presente Estatuto Social. Ocorrendo qualquer controvérsia, o polo interessado na sua resolução deverá encaminhar ao outro polo notificação com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação.

**Parágrafo Primeiro** - Se, expirado o prazo referido no *caput*, não chegarem as Partes a um consenso amigável a respeito da controvérsia, todas e quaisquer dúvidas, questões e controvérsias em geral relativas ao presente contrato serão submetidas, obrigatoriamente, à mediação, que será submetida e administrada pelo Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial ("CAMARB"), a ser coordenada por Mediador participante da lista de mediadores da CAMARB. Caso esse método inicial não se demonstre eficaz, as dúvidas, questões e controvérsias relacionadas a este Acordo serão submetidas à arbitragem, de acordo com as disposições abaixo, com exceção das situações em que haja inexecução de obrigações de quantias líquidas e certas que comportem processo judicial de execução.

**Parágrafo Segundo** - A arbitragem também será submetida e administrada pela CAMARB, devendo ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAMARB em vigor na data de apresentação do requerimento de arbitragem (doravante designado o "Regulamento de Arbitragem").

**Parágrafo Terceiro.** O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) deles indicado pela Parte a pedido de quem a arbitragem foi instaurada, outro indicado pela Parte contra quem a arbitragem foi instaurada e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, indicado pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas Partes. Na hipótese de litisconsórcio, as partes litisconsortes deverão, de comum acordo, indicar um árbitro para compor o Tribunal Arbitral, sendo que, caso não haja um acordo nesse sentido, o árbitro será escolhido pelo Presidente da Câmara de Arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem. Na hipótese de haver múltiplas partes com interesses distintos entre si, tornando inviável a formação de litisconsórcio, o árbitro da parte que não conseguir chegar a um consenso sobre a sua nomeação será selecionado

BT - #3369978v1

27

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



e indicado pelo Presidente da Câmara de Arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem.

**Parágrafo Quarto.** A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, sendo aplicáveis as Leis do Brasil. O Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para resolução de controvérsias a ele submetida.

**Parágrafo Quinto.** As Partes declaram ter tomado conhecimento do Regulamento de Arbitragem, tendo concordado com todas as disposições ali contidas. O Regulamento de Arbitragem, conforme vigente nesta data, e as disposições da Lei de Arbitragem, integram este Acordo no que lhe for aplicável.

**Parágrafo Sexto.** Sem prejuízo da validade desta cláusula compromissória, as Partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, quando e se necessário, para fins exclusivos de: (i) execução da sentença arbitral ou de obrigações líquidas, certas e exigíveis; (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso entre as Partes e/ou para garantir a eficácia do procedimento arbitral; ou (iii) obtenção de medidas de caráter mandamental e de execução específica.

**Parágrafo Sétimo.** Cada Parte deverá arcar com os honorários de seus próprios advogados contratados, sendo certo que honorários de sucumbência e as demais despesas e custos serão suportados pelas Partes como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

\*\*\**Término do Estatuto Social*\*\*\*

Visto da advogada:

Isabel Caribé Junqueira Netto  
OAB/SP 435.306  
CPF nº 054.676.881-46

BT - #3369978v1

28

D4Sign 6a9c74df-738f-4398-95f6-7ecc45836f6c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1º, §2.



JUCESP  
18 06 25

### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **RAFAEL FIRMINO DA SILVA**, com inscrição ativa no CRC/SP nº SP-310860/O-8, expedida em 06/07/2015, inscrito no CPF nº 221.646.388-40, declaro, sob as penas da Lei Penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que estes documentos são autênticos e condizem com os originais:

1. Capa do requerimento da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, assinado digitalmente pelo Diretor Presidente Sr. **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, contendo no total 2 páginas;
2. DBE da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, assinado digitalmente pelo Diretor Presidente Sr. **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, contendo no total 4 páginas;
3. DLI da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, assinado digitalmente pelo Diretor Presidente Sr. **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, contendo no total 4 páginas;
4. 01 via da 1ª Alteração do Contrato Social da **GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 33.792.914/0001-91 e NIRE nº 35235542091, assinada eletronicamente contendo no total 33 páginas;
5. Cópia da CNH do **VICTOR COELHO MUNIZ PASTORI**, contendo 01 página;
6. Cópia da CNH do **UIRÁ CARMO DE MENEZES**, contendo 01 página;
7. CRC digital em nome de **RAFAEL FIRMINO DA SILVA**, contendo 1 página.

São Paulo, 13 de junho de 2025

  
\_\_\_\_\_  
**RAFAEL FIRMINO DA SILVA**